

## Com Açúcar, com Afeto? A Profissionalização do Fazer Amador de Doces Artesanais de Pelotas

Marina Dantas de Figueiredo e Neusa Rolita Cavedon

**Resumo** Este artigo busca compreender como as transformações culturais provocadas pelo exercício profissional da atividade doceira na cidade de Pelotas, RS, implicaram reelaboração de sentido para esta produção artesanal. A discussão proposta foi articulada em torno das teorias de gênero que exploram a relação entre trabalho e práticas sociais, interessantes para investigar de que maneira o saber-fazer até então relacionado à herança familiar de mulheres burguesas tornou-se assunto de interesse geral e converteu-se em um empreendimento público e desincorporado. A coleta de dados deu-se através do método de história de vida, que captou a narrativa autobiográfica de D. Anette Ruas, doceira local cuja biografia exemplifica o fenômeno estudado. A análise dos dados permitiu compreender que, no contexto cultural em questão, o reconhecimento público do artesanato cultivado por um grupo específico de mulheres implica descaracterização das práticas tradicionais e a conversão do saber amador em um empreendimento comercial.

**Palavras-chave** Artesanato. Gênero. Cultura. Produção Artesanal. Práticas Amadoras.

**Abstract** This article seeks to understand how cultural transformations caused by the professional performance of confectionery in the city of Pelotas, RS, entailed the re-elaboration of sense to the craft production. The proposed discussion was organized around gender theories that explore the relationship between work and social practices, which are interesting to investigate how the know-how so far related to the family heritage of bourgeoisie women turned into subject of general interest and became a public and disembodied enterprise. The data collection took place through life history method, which captured the autobiographical narrative of Mrs. Anette Ruas, a local confectioner whose biography exemplifies the phenomenon studied. The data analysis allowed us to understand that, in the cultural context of research, the public recognition of the craft cultivated by a specific group of women implies distortion of the traditional practices and the conversion of amateur knowledge into a commercial enterprise.

**Keywords** Crafts. Gender. Culture. Craft Production. Amateur Practices.

## INTRODUÇÃO

Os estudos sobre artesanato comumente revelam a grande participação feminina no processo produtivo (FISCHER; SOARES, 2012), o que – aliado ao baixo grau de importância da atividade artesanal na atual configuração econômica – evidencia o caráter inferior que vem sendo atribuído à atividade em nossa sociedade. Quando o princípio da utilidade foi substituído pelo princípio do consumo e a produção foi transformada em processo para a manutenção das necessidades humanas (ARENDDT, 2009), a atividade artesanal, outrora dedicada à produção de objetos duráveis, dotados de utilidade e sentido intrínsecos, restringiu-se ao valor da tradição. Sob esse ponto de vista, se algumas vezes o artesanato praticado atualmente pode ser definido como “matriz de resistência às tentativas substancialmente homogeneizantes de modos de produção e padrões de consumo” (FISCHER; SOARES, 2012, p. 317), por vezes, pode apenas ser visto como folclore; como resquício de certas formas de mundanidade que não existem mais (ARENDDT, 2009).

O artesanato apresenta-se como objeto útil para situarmos o lugar da mulher na esfera pública que corresponde ao mundo do trabalho. Isso porque a atividade encontra-se hoje em uma encruzilhada conceitual, ora associada a um tipo de produção material exposta ao reconhecimento público e passível de comercialização, ora relacionada a um saber vivencial, recolhido ao domínio privado do indivíduo. O atual interesse em transformar o artesanato em um setor produtivo da economia (PAB, 2010), ao mesmo tempo em que colocou a produção artesanal na pauta de debates públicos, também suscitou dúvidas a respeito da representatividade da atividade na organização do trabalho no Brasil. Da mesma forma, o tombamento de práticas e produtos artesanais que recentemente vêm sendo transformados em “patrimônio imaterial”, visa preservar “formas de expressão e modos de criar, fazer e viver” (IPHAN, 2010, p. 18) e assim, acaba por domesticar o artesanato e impor sobre ele a tutela de instituições estatais. O entendimento explícito ou velado do artesanato como atividade não produtiva, economicamente irrelevante e necessariamente reclusa à esfera privada induz à associação com o trabalho feminino, o qual mormente sofre dos mesmos estigmas sociais (FINE, 1992; REES, 1992).

A partir dessas reflexões, torna-se interessante compreender como mulheres estão elaborando projetos profissionais no âmbito da produção artesanal. Neste estudo, adotamos as margens interpretativas das teorias de gênero que tomam por princípio a relação entre trabalho e práticas sociais (DELPHY, 1977; COCKBURN, 1981; PARKER, 1984; MILLET, 2000). Por meio delas, esperamos compreender o contexto histórico e sociocultural que define nosso campo de pesquisa, qual seja: o artesanato amador desenvolvido no seio da família burguesa tradicional em face dos processos de mudança das práticas socioculturais no contexto contemporâneo. A questão de pesquisa que norteia nosso estudo é como e com

que motivações mulheres artesãs identificadas como “amadoras” tornam-se profissionais reconhecidas publicamente. Nosso objetivo, então, é compreender como o artesanato feminino, tradicionalmente desempenhado na esfera doméstica, adentra o espaço público e é incorporado ao sistema capitalista enquanto força de trabalho. O *topus* da nossa investigação é a cidade de Pelotas, Rio Grande do Sul, famosa pela produção artesanal de doces finos, cuja história remete às famílias burguesas de origem portuguesa de meados do século XIX. Através do método de história de vida, reconstruiremos a narrativa autobiográfica de D. Anette Ruas, 56 anos, fundadora de uma das mais renomadas fábricas de doces pelotenses, herdeira do legado de um saber-fazer tradicional, que durante mais de um século foi transmitido na intimidade feminina da cozinha e que, desde o princípio dos anos 2000, tornou-se profissão.

Nas próximas seções, faremos uma exposição teórica sobre a associação entre trabalho feminino, artesanato e classe social. Em seguida, apresentaremos o método de história de vida, através do qual nossos dados empíricos foram coletados, e indicaremos os procedimentos de pesquisa utilizados. Posteriormente, apresentaremos nossas análises a respeito da narrativa autobiográfica, entremeada por fatos históricos e teorias que ajudam a compreendê-la. Por fim, são apresentadas as considerações finais.

## **AS MULHERES E O MUNDO DO TRABALHO: O ESPAÇO DO ARTESANATO**

Embora as mulheres tenham adentrado o mundo do trabalho ainda na primeira Revolução Industrial, é possível constatar que elas até hoje não participam maciçamente da produção de bens valorizados, aqueles que em nossos tempos são cultuados como símbolos da superação humana em relação ao próprio passado histórico - notadamente as descobertas científicas e inovações tecnológicas (FREITAS, 2012). De acordo com Saffioti (1982), as indústrias de baixa densidade tecnológica, intensivas em trabalho, tendem a utilizar mão de obra feminina, enquanto as indústrias de alta sofisticação tecnológica, intensivas em capital, apresentam acentuada propensão a absorver maiores contingentes masculinos. Isso significa que a maioria das mulheres integrantes do mercado de trabalho permanece vinculada a atividades identificadas como pré-capitalistas (MILLET, 2000; KON, 2006), a exemplo do trabalho fabril de baixo valor agregado, prestação de serviços e desempenho de atividades relacionadas à esfera doméstica.

De acordo com a perspectiva feminista marxista, o trabalho constitui a dimensão mais relevante na análise do fenômeno do gênero (SAFFIOTI, 1976; 1985; COKBURN, 1981; CALÁS; SMIRCICH, 2006). Essa linha de pensamento defende que na elaboração social das categorias de gênero, as diferenças entre homens e mulheres não devem ser tomadas apenas como variáveis ideológicas, sem eficácia na produção, mas, ao contrário, precisam ser encaradas como “fenômenos cujas raízes se incrustam no núcleo econômico do modo de produção capitalista” (SAFFIOTI, 1976, p. 131). A definição das identidades masculinas e femininas está fechada nas estruturas de classe, por sua vez forjadas na divisão social do trabalho. Para o pensamento feminista marxista, essas identidades são construídas por meio

das práticas sociais do trabalho, nas quais “poder e sexualidade estão entrelaçados” (CALÁS; SMIRCICH, 2006, p. 292). Em síntese, o feminismo marxista analisa as funções das categorias de gênero no domínio da *produção*, da *reprodução*, da *sexualidade* e da *socialização*. Sob esse ponto de vista, a participação da mulher no artesanato, bem como o *status* inferior da atividade na economia atual dizem respeito às relações de poder e de dominação que se perpetuam através do trabalho.

A associação entre o artesanato e o trabalho feminino pode ser interpretada como a consequência de uma mudança histórica abrangente, que decorre das alterações nas condições de produção a partir da consolidação do modo de produção capitalista em escala internacional. Para explorar essa questão, cujas implicações nos ajudam a compreender o *status* do artesanato na sociedade contemporânea e a participação feminina nesta atividade, convém esclarecer como o fenômeno da industrialização impactou as formas de produção, transformou as ferramentas, então artesanais, da manufatura e alterou a organização do trabalho. No capitalismo industrial, as relações de produção foram substancialmente modificadas se comparadas aos sistemas até então dominantes, notadamente o capitalismo mercantil. A esses acontecimentos corresponde o que Sennet (2008) entendeu ser o declínio da técnica ou a sistemática desvalorização dos saberes e da perícia artesanais que, outrora, estavam restritos às guildas de artesãos, caracterizadas como domínios de um fazer masculino.

Sennet (2008) propõe que não foram tanto as mudanças tecnológicas que alteraram as formas como os artesãos se relacionavam com o trabalho, visto que o emprego de ferramentas e mesmo de máquinas é até hoje verificável em atividades tradicionalmente identificadas como artesanais. O problema que se instituiu, segundo o autor, foi a perda da propriedade sobre os meios de produção e a drástica redução da autonomia profissional. Forçados pelas transformações sociais e econômicas do período, aprendizes e mestres de ofício passaram a engrossar a massa assalariada, em um novo processo de mobilidade social (SENNET, 2008). Esse movimento implicou a desvalorização do *saber-fazer* e dos traços primordiais do artesanato, outrora transmitidos por artífices que se empenhavam em comunicar os segredos da produção, de geração em geração. O decréscimo de importância do artesanato e a descaracterização deste sistema de produção a partir do século XVIII ocasionaram a evasão da força de trabalho masculina e sua paulatina substituição pela força de trabalho feminina.

Diferente do que ocorreu na Europa em idos de 1750, não houve no Brasil a passagem de uma produção artesanal por outra fabril, visto que a primeira nunca chegou a se estabelecer. Embora tenha havido produção artesanal em território nacional desde o período anterior à colonização – a exemplo do artesanato ameríndio –, essas formas de produção assentavam-se no *valor de uso* e não no *valor de troca* dos bens artesanais. Cabe destacar que o sistema de produção assentado no artesanato doméstico que se instituiu no país nos primeiros três séculos de sua história configurou-se apenas em razão do acesso restrito ao mercado de bens de consumo importados, de modo que as atividades artesanais – delegadas à mão de obra escrava e, em seguida, às famílias não abastecidas pelo comércio – estiveram sempre

associadas à domesticidade e identificadas como trabalhos *menores*. (CUNHA, 2005).

No Brasil dos séculos XIX e XX, o processo de industrialização deu-se de maneira distinta daquela experimentada na Europa. Se, na Revolução Industrial do século XVIII, havia um corpo profissional articulado em torno das guildas, na conjuntura sociocultural e econômica do Brasil de quase dois séculos mais tarde, uma parcela considerável da mão de obra masculina disponível era escrava e estava empregada na produção de gêneros primários destinados à exportação. A indústria brasileira dos primeiros tempos não teve por base manufaturas organizadas por artesãos de ofício, mas sim a produção doméstica realizada por mulheres, criados e, em menor proporção, pela pequena burguesia urbana. Parece evidente, então, que, no contexto local, a marginalização do artesanato é explícita, uma vez que essa forma de produção não chegou a fundamentar um sistema econômico e foi caracterizada como um trabalho inferior, delegado aos grupos sociais desprovidos de poder e autonomia. A relação entre mulher e produção artesanal refere-se, portanto, ao baixo grau de sofisticação tecnológica da atividade, à associação entre o artesanato e os trabalhos domésticos “naturalmente” atribuídos às mulheres e à ideologia de que a mulher seria portadora de maior habilidade para o desempenho de tarefas minuciosas (SAFFIOTI, 1982). Nas primeiras décadas da industrialização, quando as atividades fabris eram em grande medida artesanais, a maior parte do proletariado era constituída por mulheres, resignadas a salários inferiores em razão das estruturas sociais de dominação masculina. De modo geral, as mulheres trabalhavam nas indústrias que demandavam baixa mecanização, como fiação e tecelagem, e ausentavam-se dos setores como metalurgia, calçados e mobiliário, ocupados pelos homens (RAGO, 2006). Quando o Brasil realizou o seu primeiro censo, em 1872, a maior parte dos trabalhadores industriais eram mulheres – muitas delas empregadas na indústria têxtil que, naquele momento, era a mais importante do país (SAFFIOTI, 1982). Apesar do elevado número de trabalhadoras presentes nos primeiros estabelecimentos fabris brasileiros, não se deve supor que elas asseguraram suas posições no mercado de trabalho; ao contrário. Entre os anos de 1900 e 1940, os censos evidenciam a queda da participação feminina na indústria, fato diretamente relacionado à desqualificação intelectual feminina e à intensificação dos processos mecanizados, em detrimento dos processos artesanais de produção (SAFFIOTI, 1976).

Dados levantados por Saffioti (1982) em estudo sobre a evasão feminina na indústria demonstram que a transformação das empresas artesanais em empresas fabris modernas obrigou a mão de obra feminina a migrar para ocupações situadas à margem dos benefícios sociais implementados com a generalização das relações capitalistas de produção. Desde o século XIX, a maior parte da população feminina dedica-se a atividades vinculadas ao setor de serviços, especialmente aqueles ligados a atividades domésticas ou que envolvam, em alguma medida, um saber-fazer artesanal (SOIHET, 2006). Na década de 1970, mais de 50% da população feminina economicamente ativa compunha “um imenso contingente de costureiras, bordadeiras, cerzideiras, tricoteiras, crocheteiras, para não dizer sobre as demais ocupações em caráter autônomo e de empregada doméstica” (SAFFIOTI, 1982, p. 122). Nos anos 2000, 80% das trabalhadoras brasileiras desempenhavam atividades vinculadas ao setor de serviços, sobretudo atividades domésticas remuneradas, então caracterizadas

como “primeira ocupação das mulheres brasileiras” (PEREIRA DE MELO, 2004, p. 14). De acordo com dados divulgados pelo Programa de Artesanato Brasileiro (PAB) em 2009, entre os 8,5 milhões de brasileiros dedicados ao artesanato, 87% são mulheres.

A prevalência feminina denota que o artesanato no Brasil industrializado acabou se tornando refúgio para uma população desqualificada, marginal ao mercado de trabalho formal e, sobretudo, *necessitada*. A definição identitária da *mulher-trabalhadora* foi historicamente elaborada “em razão das conjunturas econômicas vividas” (SAFFIOTI, 1976, p. 133). Por isso, a condição de *trabalhadora* decorre, principalmente, da necessidade de ganhar a vida ou colaborar com a renda da família, imposta pelo pertencimento às classes sociais desfavorecidas. Cabe ressaltar que as mulheres trabalhadoras, mesmo submetidas *enquanto grupo* à dominação masculina por meio das relações de reprodução e produção no interior do sistema capitalista, não constituem um todo uniforme. Disso decorre a existência de distintos padrões culturais que regulam a participação feminina nas esferas públicas e reconhecem como trabalhadoras apenas alguns tipos específicos de mulheres nos desdobramentos da relação entre classes sociais e gênero.

As mulheres oriundas de famílias abastadas, a quem as atividades manuais eram desenvolvidas em caráter recreativo, não correspondem à definição de *trabalhadoras*. Visto que até meados do século XX a independência financeira feminina não era valorizada, as mulheres burguesas interessadas em desenvolver atividades produtivas no ambiente público eram frequentemente alvo de preconceito moral, de modo que aquelas que desejavam trabalhar por *vontade* e não por *necessidade* eram acusadas de “romper com o papel de gênero que é pressuposto e continuamente reposto pela socialização” (LAMAS, 2007, p. 90). A desvalorização do trabalho desse grupo tinha como propósito contribuir para a manutenção da organização familiar patriarcal na qual estavam inseridas e fazer com que elas – apesar de muitas vezes se ressentirem com a falta de autonomia – se resignassem ao domínio privado. Cabe esclarecer que a família patriarcal compreende o padrão identificado como hegemônico para a organização familiar na sociedade brasileira (FREYRE, 2006). Ainda que diferenças nas formas de ocupação do espaço territorial, na distribuição do trabalho entre as diversas regiões do país e o próprio transcurso do tempo tenham propiciado organizações sociais diversas, Corrêa (1981) ressalta que a produção ideal das formas de organização familiar foram historicamente formuladas a partir do modelo patriarcal herdado dos colonizadores portugueses e instituído, principalmente, entre as aristocracias agropecuaristas. De acordo com a mesma autora, o fato da pluralidade de arranjos familiares ter se resumido às características do modelo que representava a vida das camadas senhoriais demonstra a importância desse grupo na sociedade, constituída historicamente como sua imagem. Decorre que a subordinação da mulher na sociedade brasileira está inserida em uma relação dialética mais ampla, a qual abrange a tensão entre os impositores de uma determinada estrutura de poder e aqueles que resistem a ela. As questões concernentes à participação da mulher no mercado de trabalho brasileiro e a importância do artesanato como ocupação feminina não se restringem, portanto, à distribuição de poder entre os sexos, mas também evidenciam que a organização da família patriarcal como ideal hegemônico instituiu, na prática, a marginalização de formas de organização social alternativas ao padrão hegemônico.

## AS “ARTES DOMÉSTICAS” E O ARTESANATO FEMININO DAS ELITES

A longa e silenciosa história das “artes domésticas” (ADAMSON, 2008) assinala o caráter discreto e passivo das atividades desempenhadas por mulheres, assim como condiciona a suposta valorização do labor despendido na esfera privada à situação de invisibilidade do trabalho feminino na esfera pública. Ainda que o trabalho artesanal sempre tenha feito parte das atribuições femininas (PERROT, 2007), as produções materiais relacionados às mulheres foram percebidas como repetição do ciclo ancestral da geração e manutenção da vida e, portanto, indignas de notabilidade na historiografia masculina. Apenas a partir das revoluções do século XVII e da emergência dos ideais burgueses de ordem social é que a produção feminina alcançou algum tipo de reconhecimento na esfera pública (CHADWICK, 1991). No momento em que as prerrogativas aristocráticas cediam espaço às aspirações da nascente burguesia, o ideal liberal, que supunha a igualdade entre os homens, precisava oferecer uma resposta coerente em relação às mulheres. Na França, através da figura emblemática de Poullaine de la Barre, “inaugurou-se o discurso racionalista sobre a origem social ou cultural das diferenças sexuais” (YANNOULAS, 1994, p. 7) e, a partir desse marco, a igualdade entre homens e mulheres foi cogitada pela primeira vez. As diferenças sexuais passaram a ser tratadas como diferenças derivadas de processos de socialização.

Entre os séculos XVIII e XIX, os desdobramentos das revoluções burguesas impactaram profundamente a organização familiar. A relação conjugal modificou-se, visto que o antigo casamento por contrato não era conveniente aos ideais libertários e igualitários e o casamento “por amor” instituiu uma nova sensibilidade que mudaria radicalmente as feições da família em todo mundo ocidental (MOURA; ARAUJO, 2004). O período também determina uma nova relação de maternidade, na qual a criança passa a ser alvo privilegiado da atenção feminina (ARIÈS, 1981; BADINTER, 1985). Articulando-se aos interesses políticos e econômicos do Estado e aos interesses militares e religiosos, a sacralização do lar burguês impôs a ampliação do controle sobre os hábitos de todos os membros da família e lançou luzes sobre a penumbra da vida doméstica. Relações outrora restritas à esfera privada passaram a ser alvo de interesse social (DONZELOT, 1986) num movimento que enalteceu o labor feminino e, ao mesmo tempo, sobrecarregou a mulher de mais funções domésticas. A crescente valorização da mulher-mãe, a ‘rainha do lar’, veio na esteira da “valorização do devotamento e do sacrifício feminino em prol dos filhos e da família” que surgiram no discurso médico e filosófico do período como “inerentes à natureza da mulher” (SOBOTTKA *et. alii*, 2004, p. 47).

No Brasil, as mulheres eram treinadas em práticas culturalmente transmitidas e costumavam ter incentivo da família e demais instituições sociais responsáveis pela socialização feminina para incorporarem habilidades associadas às artes, aos trabalhos artesanais e à manutenção do lar. Especialmente entre as famílias ricas, as mulheres eram educadas em práticas artesanais que lhes conferiam o *status* de “moças prendadas”, bem dotadas para o “mercado casamenteiro e para cumprir seu destino biológico” (LAMAS, 2007, p. 85). Desobrigadas de qualquer trabalho produtivo e socialmente autorizadas a serem diletantes, essas mulheres

frequentemente desenvolviam atividades chamadas “amadoras”. Não por acaso, tal designação vinculava a produção feminina ao amor, intrínseco à definição então elaborada a respeito da mulher-mãe. Decorria que as práticas amadoras contribuíam diretamente para a consolidação do ideal feminino, forjado sobre a naturalização da maternidade enquanto dedicação incondicional e gratuita da mãe para com a família. Conforme Chadwick (1991, p. 138), “o ideal de feminilidade produzido por meio de atividades como bordado e desenho contribuíram diretamente para a consolidação de uma identidade burguesa, na qual as mulheres tinham tempo livre para cultivar ‘feitos’ artísticos”.

Aos olhos da sociedade, o empenho em atividades artesanais amadoras não era movido por nenhum propósito específico senão a própria reprodução das construções sociais representativas do ideal feminino. Por muito tempo, diz Adamson (2008, p. 140), “o artesanato amador foi um assunto privado – domínio exclusivo de mulheres abastadas e, particularmente, aristocráticas, que dedicavam seu tempo a ‘realizações’ tais como tecelagem, bordado e pintura decorativa”, que embora pudessem ser apreciadas por suas qualidades técnicas e estéticas, comparáveis ao artesanato profissional e mesmo à arte, eram desqualificadas em razão da forte conotação doméstica que carregavam (ADAMSON, 2008). As atividades artesanais desenvolvidas por um grande número de “mulheres amadoras” trabalhando em meios desvalorizados, segundo os padrões da arte patriarcal, confirmavam a visão burguesa de que homens e mulheres teriam sensibilidades e capacidades intelectuais diferentes e que a produção delas necessariamente confirmaria “a beleza, a graça, a modéstia e a frivolidade” (CHADWICH, 1991, p. 127) inerentes ao ser feminino.

A centralidade da vida doméstica deu-se ao mesmo tempo em que “as casas mais ricas se abriam para uma espécie de apreciação pública por parte de um círculo restrito de familiares, parentes e amigos” (D’INCAO, 2008, p. 228). As salas de visita e os salões, onde o ambiente público da rua e a privacidade do lar se misturavam, eram frequentemente abertos à visitação em saraus noturnos, jantares e festas, onde a família anfitriã, representada principalmente pela figura da mulher-mãe, exibia seus dotes e submetia-se à avaliação pública (D’INCAO, 2008). Úteis para a distinção social das famílias burguesas, as habilidades artesanais desenvolvidas por mulheres não objetivavam a profissionalização e não eram reconhecidas como ofícios, a menos que contingências econômicas sujeitassem a família à queda no padrão de vida. Sob essa condição, as mulheres burguesas seriam defrontadas com o trabalho por força das circunstâncias, mas não seria admitido naturalmente que elas quisessem desenvolver uma carreira por meio da prática artesanal.

## **HISTÓRIA DE VIDA: MÉTODO E PROCEDIMENTOS DE PESQUISA**

A escolha do método de história de vida deu-se em razão das características peculiares ao nosso campo de estudo. Visto que nos voltamos para o artesanato amador, praticado no seio das famílias burguesas e transmitido entre gerações de mulheres, deparamo-nos com a necessidade de planejar a pesquisa de modo que permitisse, ao mesmo tempo, acessar a intimidade desse espaço privado e alcançar o sentido histórico dessa tradição no contexto



cultural em questão. Nossa opção pela história de vida levou em conta a assertiva de Ferraroti (1991, p. 174), segundo a qual um indivíduo não pode representar a sociedade inteira, mas pode sim “totalizá-la por meio do seu contexto social imediato”. De acordo com nossa opção metodológica, partimos do princípio de que a *praxis* do indivíduo e dos grupos dos quais faz parte “medeia e retraduz ativamente a totalidade social, nas suas microestruturas formais e informais, nas suas linhas de força e de comunicação, nas suas normas e sanções, nas suas modalidades e redes de interações afetivas, etc.” (FERRAROTI 1991, p. 175). Sendo assim, propomo-nos a investigar um fenômeno social que está ligado à experiência de uma pessoa e que tem um sentido biográfico para ela, ao mesmo tempo em que ajuda a reconstituir as formas através das quais o contexto dessas experiências se reproduziu e se transformou (ROSENTHAL, 2004). Ou seja, “o aproveitamento da biografia ou da autobiografia se faz no sentido de buscar como estão ali operantes as relações do indivíduo com o seu grupo, com sua sociedade” (QUEIROZ, 1988, p. 24).

A título de explicitação metodológica, ressaltamos que a história de vida foi captada através de duas entrevistas realizadas em momentos distintos: a primeira em 30 de março e a segunda em 27 de agosto de 2011. Ambas têm aproximadamente uma hora e vinte minutos de duração e os encontros que as originaram aconteceram em um escritório contíguo à fábrica de doces durante o expediente de trabalho de D. Anette Ruas. As datas e horários foram deliberados previamente, bem como a forma como se dariam as entrevistas e o registro das informações verbalizadas. As entrevistas foram gravadas em meio digital e posteriormente transcritas, e a utilização desse material, bem como a identificação do nome completo da entrevistada, foram autorizados mediante assinatura de documento escrito. As sessões de entrevistas para captar a narrativa autobiográfica aconteceram em meio à pesquisa etnográfica que uma das autoras deste artigo desenvolvia na fábrica de D. Anette Ruas. Durante os mais de seis meses de permanência em campo, houve longo processo de negociação que resultou no estabelecimento de uma relação de confiança e mesmo de vínculos de afeto entre a pesquisadora e sua entrevistada.

Embora houvesse uma clara relação de troca simbólica entre as duas partes – da pesquisadora, existia interesse no levantamento de dados empíricos para a realização de sua tese, e de D. Anette, por seu turno, encontrava alguém interessado em compartilhar de seus problemas de mulher, mãe e profissional –, ela não se dava aos modos de uma economia simbólica, em que dádivas e contra-dádivas circulam entre a aliança formada por contrários (MAUSS, 2003). Sem compreender a importância de sua história para a vida da pesquisadora, D. Anette, a princípio, introvertida e monossilábica, foi descobrindo que falar sobre si mesma poderia ser interessante para *alguém*. A pesquisadora, que por sua vez se afligia com a necessidade de “devolver ao campo” parte daquilo que recebia, sequer poderia imaginar que as entrevistas seriam alguns dos raros momentos em que D. Anette se eximiria das responsabilidades que constantemente a sobrecarregam no cuidado com *os outros* e poderia ocupar-se *dela mesma*. Ainda que apenas dois encontros dessa natureza tenham sido possíveis – afinal, a personagem dessa narrativa dificilmente podia se ausentar de seus compromissos com os funcionários, com a família e, sobretudo, com o próprio trabalho – eles foram densos e significativos o bastante para servirem às análises e interpretações que desenvolvemos ao longo desse texto.

Utilizamos a estratégia de entremear a história de vida da nossa personagem com fatos históricos que ajudam a esclarecer a narrativa em questão. Também nos valem da transcrição direta de trechos das entrevistas para a construção das imagens e interpretações que estruturam nossa sistemática de análise. Ao apresentar na íntegra os fragmentos das entrevistas, pretendemos explicitar como os conteúdos internos contidos na fala da narradora têm relação com o contexto sócio-histórico no qual está inserida. A partir dos trechos da narrativa que apresentamos a seguir, esperamos montar um mosaico representativo do nosso objeto de pesquisa, a partir de partes aparentemente desconexas, mas que, ao serem relacionadas, contribuem para a nossa compreensão a respeito do todo (BECKER, 1994). Na seção que se segue, apresentamos os achados de campo à luz da contextualização histórica e discutimos essas revelações sob o ponto de vista do referencial teórico que apresentamos anteriormente.

### **O TRABALHO FEMININO NO ESPAÇO PÚBLICO DA CIDADE DE PELOTAS, RS, CONTADO ATRAVÉS DA HISTÓRIA DE D. ANETTE RUAS**

A tradição dos doces finos origina-se entre as elites luso-brasileiras, vinculadas historicamente à pecuária extensiva, desenvolvida na Planície Costeira do Rio Grande do Sul (FERREIRA *et alii*, 2008). Em meados do século XIX, a indústria da charque, sustentada por mão de obra escrava, propiciou uma grande circulação de capital na cidade de Pelotas. Tal situação, segundo contam Ferreira *et alii* (2008, p. 4), trouxe “as boas maneiras, os hábitos e costumes europeus [para] o interior dos sobrados por ocasião das festas, das comemorações, dos saraus e banquetes que acabaram por atingir uma importância fundamental na sociedade pelotense”. Nesse ambiente, o consumo do açúcar, então produto raro, vindo do Nordeste em troca da charque de Pelotas, era uma forma de ostentar riqueza. Se no ambiente público, a principal atividade econômica desenvolvida na cidade valia-se da escravidão, da matança animal, do sangue e da carne; no ambiente doméstico, buscavam-se as boas maneiras, o requinte, a opulência e a doçura. Assim, o contraste entre o sal e o açúcar, o charque e os doces expressavam os valores de uma sociedade que buscava atenuar simbolicamente as brutalidades cometidas em público com demonstrações de delicadeza e amabilidade no âmbito privado (BOSÍLIO JR; MAGALHÃES, 2003).

Conforme Pedro (2007), o povoamento do Rio Grande do Sul atraiu uma população masculina eminentemente nômade, de modo que os relatos históricos sobre a vida na região representam, recorrentemente, “mulheres sozinhas comandando estâncias, fazendas, negócios em vista da constante ausência dos homens” (PEDRO, 2007, p. 280). Os conflitos e batalhas transcorridos neste território entre os séculos XVIII e XX, no espaço de tempo que compreende os primeiros esforços de colonização da região até o início da República, também deram aos homens destaque nas atividades políticas e nas guerras. A ausência masculina do lar de maneira prolongada e a inferioridade numérica dos contingentes masculinos em razão da alta mortalidade (CORRÊA, 1981), “exigiu que as mulheres assumissem a direção dos empreendimentos e mantivessem a sobrevivência familiar, transpondo assim os limites das tarefas usualmente definidas para o seu sexo” (PEDRO, 2007, p. 280). O fim das guerras

no princípio do século XX, aliados à paulatina urbanização e ao aparecimento de uma elite urbana, iniciado ainda no fim do século XIX, obrigavam homens e mulheres a assumirem uma nova postura, mais voltada ao exercício da vida social na cidade.

Fazia-se necessário ressignificar os papéis de gênero, especialmente entre as elites que agora abandonavam o campo, e novos estilos de vida eram propagados por instituições sociais responsáveis pela socialização urbana, a exemplo dos jornais. Neles, segundo Pedro (2007, 282), veiculava-se um projeto civilizador “com pretensão de construir novos homens e mulheres, divulgando imagens idealizadas para ambos os sexos”. Elaborou-se assim o modelo de mulher associado ao exercício da maternidade, à dedicação ao marido e subserviência ao pai; características que “já faziam parte do imaginário ocidental e podiam ser encontrados na literatura, no sermão das missas, nos textos escolares, nas tradições locais” (PEDRO, 2007, p. 282). Os jornais, assim como outras instituições sociais, reproduziam estereótipos existentes há séculos, com o intuito de reforçá-los e contextualizá-los em razão da necessidade de moldar não apenas os papéis de gênero, mas também os papéis de classe. O envolvimento das elites femininas com o feito de doces em Pelotas deu-se pela necessidade de instaurar na cidade formas de ser “distintas” e “civilizadas”, segundo as quais “as mulheres deveriam restringir-se aos papéis domésticos” (PEDRO, 2006, p. 282), o que ressaltava a importância da educação doméstica através dos livros de receitas, dos ensinamentos práticos e mesmo do consumo das iguarias. Assim, desde o fim do século XIX, a socialização feminina na cidade de Pelotas centrava-se na doceria artesanal e esse hábito cultural estendeu-se até a segunda metade do século XX, conforme podemos perceber no relato das memórias de infância de D. Anette Ruas:

Quando criança, eu brincava com as minhas primas e a brincadeira era de fazer doce. Eu brincava e, ao mesmo tempo, ajudava a mãe, a avó e as tias a mexer os tachos, a fazer as coisas, ficava na volta ali, ouvindo o que elas estavam conversando. A gente tinha até um tachinho que a gente brincava de casinha e fazia chimia, fazia doce para as bonecas. Ali, a gente ia vendo, aprendendo e também comendo.

Apesar da forte ênfase na sofisticação e na opulência entre os hábitos de vida da elite pelotense, a qual perdurou até a metade do século XX e que até hoje persiste no imaginário local, o modelo econômico baseado na indústria do charque dava sinais de irreversível decadência desde o final do século XIX. Nesse processo, dois fatos foram determinantes para a derrocada da indústria salderil: primeiro, a Abolição da Escravatura, em 1888, o que elevou subitamente os custos de produção e, depois, a popularização das câmaras frigoríficas que instauravam a concorrência entre o charque e a carne fresca. Diante de tais mudanças econômicas e tecnológicas, o empobrecimento de muitas famílias aristocráticas era notório já nos primeiros anos do século XX. Segundo relatam Ferreira *et alii* (2008), a crise econômica provocada pela queda das exportações da charque trouxe consequências dramáticas para essas famílias que compartilhavam de um universo sociocultural no qual as expressões de riqueza se manifestavam nos lugares públicos. Diante dessas circunstâncias, o saber-fazer dos doces artesanais – outrora símbolos de riqueza e fruição das classes mais

favorecidas – aos poucos se converteu em fonte de renda para mulheres “de boa família”, as quais se viram compelidas a trabalhar para complementar o orçamento familiar. Desse movimento decorre o início do processo de profissionalização da atividade doceira.

Assim como em muitas famílias pelotenses, entre os Ruas, a transmissão intergeracional dos segredos da doceria fez com que a tradição se transformasse em “coisa que está no sangue”, como entende D. Anette. A genealogia desse saber incorporado, todavia, remete aos esforços de socialização da mulher para o desenvolvimento de habilidades socialmente reconhecidas como parte do próprio ofício de ser mulher no referido contexto. Embora a profissionalização dessa atividade tenha sido necessária por força das circunstâncias econômicas em que muitas famílias se encontravam, as mulheres que se dedicavam à produção de doces “para fora” não o faziam sem conflito. Ainda que alguns maridos concordassem com o trabalho das esposas, o exercício público dos dotes domésticos exigia o acúmulo de funções, de modo que a mulher se tornava ambivalente e sobrecarregada ante as exigências do ambiente doméstico e do ambiente familiar (LAMAS, 2007).

A profissionalização da atividade doceira das mulheres da família Ruas iniciou-se em 1955, ano de nascimento de D. Anette, quando a tia e madrinha D. Nilza Ruas começou a usar a cozinha de casa para fazer doces sob encomenda. “O meu tio tinha uma barbearia na frente e ela fazia os doces dela nos fundos da casa”, diz D. Anette, deixando transparecer que a atividade feminina acontecia nos bastidores, dentro do espaço doméstico e longe dos olhos do público, ainda que a fama dos quitutes de D. Nilza Ruas alcançasse toda a cidade. Conforme conta D. Anette, a tia iniciou o empreendimento apenas para complementar a renda familiar, já que “não sobrava muito dinheiro pra ela fazer o que queria”. Com o passar do tempo, os negócios de D. Nilza prosperaram e “depois de alguns anos, até o marido dela começou a ajudar nas entregas dos doces”, como relata D. Anette. Se a princípio D. Nilza trabalhava sozinha num aposento de sua própria casa, depois, a profissionalização da atividade exigiu não só que suas irmãs, filha e sobrinhas colaborassem com a produção, como também demandou a mudança para um espaço comercial e a contratação de ajudantes, os quais chegavam em número cada vez maior à medida que o negócio aumentava.

Nesse ponto, as receitas e o saber-fazer guardados pelas mulheres de sobrenome Ruas deixaram de ser segredo de família e passaram a ser compartilhados entre pessoas de fora do núcleo familiar. Assim, a tradição dos *doces finos*, que na origem estava associada à cultura familiar de uma classe social específica – à elite local de fins do século XIX e início do século XX –, acabou por se modificar. A dinâmica das transformações culturais provocadas pelo exercício profissional da atividade doceira gerou um processo de reelaboração de sentido para os *doces finos*, de modo que o saber-fazer até então relacionados exclusivamente à identidade de um determinado grupo feminino, tornou-se assunto de interesse geral. Os doces que durante muito tempo estiveram restritos ao consumo nos salões das casas mais ricas tornaram-se amplamente conhecidos em toda cidade e assumiram o significado mais amplo de *doces de Pelotas* (FERREIRA *et alii*, 2008, p. 99). Esse movimento fez com que a tradição, costumeiramente associada à herança genealógica transmitida entre mulheres aristocráticas, passasse a fazer parte de um empreendimento público e desincorporado.

Com a necessidade de ampliar a produção caseira, novas praticantes foram iniciadas nas artes da doceria: frequentemente mulheres pertencentes às camadas menos favorecidas da sociedade pelotense, as quais desempenhavam trabalhos domésticos nas “casas de família”. O aprendizado desse grupo de empregadas domésticas exigia assimilação das práticas de produção dos doces da elite, através de um processo de socialização mais formal e menos afetivo, o qual pretendia a rápida “familiarização” dessas estranhas com a intimidade do ambiente doméstico.

As décadas de 1960 e 1970 foram marcadas pela transformação do papel feminino na esfera pública. A partir de então, tornou-se comum que as mulheres granjeassem formação técnica que lhes permitisse adentrar o mundo do trabalho, desempenhando profissões tradicionalmente restritas aos homens. Esse período coincidiu com as transformações na cultura da produção artesanal de doces em Pelotas, visto que a tradição restrita à vida privada de determinadas famílias vinha sendo ressignificada no sentido de se tornar um saber de domínio público. No desenrolar desses acontecimentos, as herdeiras “de sangue” de muitas famílias, a exemplo dos Ruas, foram gradualmente desobrigadas a dar continuidade às tradições doceiras cultivadas por suas antecessoras. Isso explica porque a filha de D. Nilza Ruas, que poderia ser continuadora do empreendimento da família, não se interessou pelo ofício da doceria e buscou uma formação superior com o incentivo da mãe. Conforme relata D. Anette, “a prima foi para Porto Alegre estudar Medicina e a tia fazia de tudo pra pagar os estudos dela por lá”. Nesse momento, a própria D. Anette Ruas também não tinha a pretensão de se tornar doceira profissional e almejava obter formação superior, como explicita no trecho transcrito a baixo:

Nunca que eu pensei que fosse ser doceira, gostar dessa profissão. Eu estudava e a minha ideia era ser psicóloga, que eu adorava. Até hoje eu adoro. Mas não. Não tive a... não levei a sério os estudos. Fiz vestibular, cheguei à faculdade, fiz Pedagogia. Fiz seis meses só de Pedagogia. E depois tive que parar.

Ainda que, naquele momento, as mulheres tivessem conquistado o direito de escolher uma profissão, o casamento e a constituição da família ainda eram prerrogativas fortes o suficiente para afastarem um grande número delas do espaço público. O dilema “família x carreira” (VERGARA; GOMES, 2012) fez com que D. Anette, casada aos 22 anos, desistisse da faculdade diante da impossibilidade de conciliar as atribuições do casamento e a vida de estudante universitária. Até inaugurar a produção de doces artesanais na cozinha da própria casa, em 2000, ela afirma que “nunca tinha trabalhado”, ignorando os mais de 20 anos dedicados ao trabalho doméstico. Visto que os esforços de manutenção do lar e da família não são recompensados financeiramente e tampouco produzem resultados perenes que possam ser apreciados como uma forma de realização material, o trabalho feminino desempenhado na esfera doméstica torna-se invisível. Assim sendo, as atividades desempenhadas pelas donas de casa correspondem àquilo que Arendt (2009) definiu como *labor*, em distinção ao que pode ser entendido como *trabalho*. O labor, para a autora, designa o esforço do corpo para atender às próprias necessidades biológicas, enquanto o trabalho refere-se à criação de coisas artificiais, resultantes do engenho humano que transforma

o mundo. O labor, em sua qualidade objetiva, é concebido como algo a ser produzido e consumido de acordo com o eterno movimento cíclico da natureza. O esforço despendido no labor esgota-se imediatamente, sem deixar vestígio possível de sua existência, além da perpetuação do processo da vida. O trabalho, por sua vez, “fabrica a infinita variedade de coisas cuja soma total constitui o artifício humano” (ARENDETT, 2009, p. 149) e produz bens duráveis, cuja existência persiste à finitude do próprio ser que os elaborou. Ao serem privadas da recompensa material para o esforço empreendido na esfera doméstica, as donas de casa frequentemente sofrem com a impossibilidade de uma relação objetiva no espaço público. Esse sofrimento transparece na fala de D. Anette a respeito das motivações que a levaram a profissionalizar a atividade amadora que desempenhara desde a infância:

Por que que eu entrei no ramo do doce? Porque o meu marido teve problemas. Faliu. E aí eu achei que eu tinha que ajudar de um jeito ou de outro. Aí eu me sentava na frente da televisão pra ver, e ficava ali parada, pensando: “não, eu tenho que achar uma coisa pra fazer. Eu não vim aqui pra ser nada. Eu tenho que me achar. E como é que eu vou entrar nesse mundo e sair dele sem ser nada. Só mãe? Do lar? Não”. Aí eu comecei a fazer os meus doces na cozinha ali de casa e comecei a sentir que eu podia ser útil.

Estimulada por uma situação de *necessidade*, D. Anette vislumbrou na produção artesanal de doces uma alternativa para desenvolver algum tipo de atividade rentável. Aos 45 anos de idade e sem qualificação que lhe permitisse conseguir uma colocação compatível com suas aspirações salariais, ela não teve alternativa senão buscar entre o seu repertório de conhecimentos incorporados alguma aptidão que pudesse se transformar em carreira. Assim como o início da profissionalização da atividade na família, através da iniciativa de D. Nilza Ruas, o início da trajetória profissional de D. Anette deu-se, em suas palavras, porque “o doce era uma coisa que a gente sabia fazer, era um conhecimento nosso, uma coisa que a gente gostava de fazer e podia também dar algum dinheiro”. Estimulada pelo exemplo da tia, D. Anette iniciou a produção na cozinha de casa, valendo-se dos utensílios domésticos e mantimentos do consumo familiar. Segundo seu relato, a fábrica que hoje emprega 15 funcionários, e também absorveu o marido e os filhos na atividade doceira, começou com “uma caixa de doce” preparados durante a noite para serem vendidos no centro de Pelotas na manhã seguinte.

Bom, quando eu comecei a fazer doce, aí o meu marido duvidou de mim: como é que eu, numa cidade do doce, ia fazer doce? Com a concorrência que tem? Ah, eu trabalhava dentro de casa na minha cozinha, ficava ali, mexia as massas. Eu sozinha ia fazendo e eu chegava a amanhecer o dia trabalhando ali, né. E fazia e aí entregava os doces, voltava pra casa, fazia o almoço, dava comida pros filhos... Aí dormia até às seis da tarde. Duas horas da tarde eu me deitava e dormia até às seis da tarde, e aí acordava de novo e começava a mexer minhas massas [...] Fazia aos poucos, botava na geladeira e deixava. Aí alguém me pedia e eu já tinha minha massinha pronta ali e fazia os docinhos, botava no forno [...]. E foi... Eu amanhecia os dias. Amanhecia e anoitecia os dias trabalhando, até que a minha filha e o meu marido viram que eu tinha... que eu tava indo, né! E aí começaram a me ajudar, viraram me ajudando. O meu filho

às vezes me ajudava, ficava até uma hora, uma e meia da manhã... Quando eles sentiam sono, eles se deitavam, mas eu sabia que eu tinha o compromisso. Eu é que tinha aquela responsabilidade e eu fazia.

O desestímulo por parte do marido, do qual D. Anette reclama, faz parte de uma estratégia masculina para dificultar a entrada da mulher no mundo do trabalho, visto que a chegada das atribuições profissionais provavelmente implicaria dificuldades no cumprimento das tarefas domésticas sob seu encargo. Além disso, a possibilidade da independência financeira feminina e, mais do que isso, de que a mulher viesse a se tornar chefe da família subverteria a ordem patriarcal em que a constituição ideal da família brasileira está fundamentada. Posto que, mesmo sofrendo as consequências da sobrecarga que lhe é imputada como provedor, o homem ainda tem dificuldade em aceitar que a mulher obtenha recursos financeiros próprios e seja gestora desses ganhos financeiros, porque isto põe em xeque a sua virilidade, gerando, por seu turno, na mulher, o sentimento da “mãe má” que, ao se dedicar à vida profissional, deixa de atentar com exclusividade às atividades domésticas. Igualmente, a mulher defronta-se com o fantasma da “feminilidade duvidosa”, ao ser criticada pela postura assumida, a qual inverte os papéis sociais, concedendo a ela a possibilidade de obter dinheiro e ter ambições econômicas até então restritas ao homem (SILVA NETO *et alii*, 2007). Quanto a isso, é importante pontuar que tanto D. Anette quanto sua tia, D. Nilza, tornaram-se conhecidas no mercado de doces usando os nomes de solteira, visto que os sobrenomes acrescentados depois do casamento não estavam associados à tradição da família Ruas. Atualmente, conforme conta D. Anette, seu nome tornou-se de tal modo conhecido na cidade, que não só ela e seus filhos são identificados pelo sobrenome como também o marido foi obrigado a adotá-lo. Esse fato demonstra que o sucesso profissional feminino permite, em algumas circunstâncias, que a mulher possa ocupar um *lugar de poder masculino* onde sua identidade de gênero não seja questionada como inferior ou desigual.

## **O ARTESANATO TRADICIONAL FEMININO E INCORPORAÇÃO AO SISTEMA CAPITALISTA ENQUANTO FORÇA DE TRABALHO**

Entre as disputas que envolvem trabalho e família, o saber-fazer dos doces tornou-se um meio para o reconhecimento social para muitas mulheres pelotenses, a exemplo de D. Anette Ruas. À medida que a profissionalização da doceria artesanal transformou a atividade em empreendimento lucrativo para a cidade, o trabalho das doceiras tradicionais passou a ser celebrado em eventos públicos e tornou-se alvo de amplo interesse político no cenário regional. A Feira Nacional do Doce (FENADOCE), organizada anualmente pelo Clube dos Diretores Lojistas de Pelotas desde 1992, é o maior exemplo da importância da doceria artesanal para a economia da cidade. Assinalada como o evento comercial mais importante da região, a feira chega a movimentar 22 milhões de reais em negócios em um só ano (BIERHALS, 2011), e dinamiza diferentes setores da economia pelotense. Também é importante ressaltar o interesse de agências governamentais como o Sebrae/RS, que, desde 2006, desenvolve o Projeto Pólo de Doces de Pelotas com o objetivo de “propiciar aos doceiros [sic] o acesso ao mercado, desenvolvendo nele a característica de

empreendedor” e, desse modo, fazer com que “ele se olhe como empresário, pois em razão de ficar praticamente o dia inteiro envolvido com a produção em si, acaba não conhecendo seu cliente nem se vendo como empresário” (SEBRAE-RS, 2011). Igualmente dignos de nota são os movimentos para a patrimonialização dos *doces de Pelotas* e para a certificação de procedência da produção doceira da cidade. Inseridos no projeto *Inventário Nacional de Referências Culturais* (INRC), os doces de Pelotas foram identificados, documentados e registrados segundo metodologia do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico (IPHAN), em um processo que corresponde às primeiras etapas para o tombamento da doceria tradicional de Pelotas como um “bem cultural” da região (FERREIRA *et alii*, 2008). O Projeto Indicação de Procedência dos Doces de Pelotas, por sua vez, busca “profissionalizar os processos, implementando e melhorando as ferramentas de gestão, tecnologia e sistemas de rastreabilidade” da produção doceira artesanal (ASSOCIAÇÃO DOS PRODUTORES DE DOCES DE PELOTAS, 2011).

Essas medidas são importantes, porque estimulam a celebração das tradições locais, a proteção do saber-fazer imanente à cultura da cidade e a permanência da doceria artesanal em um contexto fortemente caracterizado pela mecanização dos processos produtivos. Todavia, quando vistos sob a perspectiva das mudanças que têm transformado as feições da atividade “amadora” desde o início do processo de profissionalização da doceria pelotense, é possível notar que os saberes originalmente vinculados ao grupo de mulheres que os desenvolveram e cultuaram se tornaram apenas uma alegoria para legitimar essa produção e torná-la mais rentável. A inclusão do artesanato feminino na pauta dos debates sobre o desenvolvimento econômico da cidade de Pelotas pode, em última análise, representar a completa descaracterização da atividade, à medida que se converte em empreendimento público. Isso acaba por se tornar um problema porque o saber-fazer do doce é um conhecimento incorporado através de vivências individuais, experimentadas em um contexto de classe e gênero específico. Nas palavras de D. Anette Ruas, essa questão pode ser descrita da seguinte maneira:

Eu gostaria de poder sair daqui, como tem muitas [donas de doceria] por aí que chegam de carro e ficam o dia todo no escritório, não sabem nem quem são os funcionários. Mas eu não posso sair daqui. Eles [os funcionários empregados na fábrica de doces artesanais] não colocam ali o mesmo amor que eu coloco pra fazer os meus doces. Não são todos, claro que tem algumas pessoas ali que colocam e fazem bem feito, fazem até melhor que eu. Mas não tem quem faça tudo, não tem quem faça tudo como eu faço. Se eu passo uma tarde fora daqui, eu sei que as coisas não vão sair bem feitas, não vão sair do jeito que é pra sair. E tem uns que estão aqui há anos e não são capazes de fazer, e eu acho que nunca vão ser capazes de fazer a coisa como eu faço, porque não aprenderam... A mão de obra para esse tipo de serviço não existe. E falta a dedicação deles. Se estivessem todos trabalhando com a mesma dedicação, eu sei que eu não precisaria ter que colocar o meu olhar, o meu amor naquilo ali que o outro está fazendo. Mas acontece que se eles não fazem, eu é que tenho que fazer, porque isso aqui é a minha vida.



As iniciativas que visam proteger a tradição também funcionam como formas de divulgação mercadológica da doceria pelotense. Todavia, na medida em que os doces se tornam produtos apreciados para além das fronteiras da cidade, os processos de produção que os originaram passam a ser cada vez menos conhecidos pelo público consumidor. Ao mesmo tempo em que o resultado do trabalho das doceiras tradicionais ganha notoriedade, os esforços empreendidos para confeccioná-los tornam-se invisíveis e, nesse processo, a visibilidade que o trabalho feminino alcançou na esfera pública passa a ser novamente ocultada pelas relações de comercialização e consumo, a ponto do Sebrae fazer referência aos “doceiros”, “empreendedores”, “empresários”, no masculino. Disso decorre que a difusão da cultura do doce de Pelotas e a empresarização da atividade contribuíram para desincorporar o saber-fazer dessa prática artesanal e romper o vínculo que existia entre o produto e a pessoa que o produziu. Nas palavras de D. Anette, “colocar o olhar e o amor” nos doces é condição essencial para o sucesso da produção, mas esse tipo de contato se perde quando pessoas alheias à cultura doceira tradicional desempenham a atividade. De modo semelhante, quando o consumidor desconhece as características cultivadas ao longo das décadas pelas sucessivas gerações de mulheres cujos nomes e sobrenomes são verdadeiramente sinônimos dessa tradição, cópias inautênticas são aceitas no mercado e inclusive passam a concorrer com a produção original. A passagem descrita a seguir esclarece a opinião de D. Anette a esse respeito:

Eu não sei dizer se o certificado do doce de Pelotas lá fora vai influenciar alguma coisa aqui dentro da minha fábrica [...] No meu pensamento é assim: eu não sei se chegando ali em Porto Alegre, o cara vai chegar assim e comprar esse porque tem certificado ou ele vai comprar aquele outro que está mais barato? Eu não sei, porque tem gente de tudo que é lugar fazendo doce que diz que é de Pelotas. E as pessoas deixam de comprar aquele que todo mundo sabe que é de Pelotas, porque é feito pelas pessoas daqui que a gente conhece, porque o outro está mais barato.

Dessas considerações, decorre que a realização do artesanato, citando Fischer e Soares (2012, p. 331) “está intimamente relacionada com a identidade dessas mulheres, o que nos incita a considerarmos essa suposta dicotomia entre uma visão mais tradicional e uma visão mais mercadológica de uma outra forma”. A produção artesanal de doces representa aspectos peculiares das relações sociais, estilos de vida e construções de gênero que caracterizam um grupo social específico. Para os membros desse grupo, a exemplo de D. Anette Ruas, a prática artesanal é a vida em si: as memórias familiares, a expressão daquilo que “são”, a materialização das suas conquistas e os anseios de realizações futuras. Sem esses ingredientes, os doces de Pelotas podem continuar a existir através do tempo, mas deixarão de expressar verdadeiramente os significados culturais que encerram: serão apenas receitas.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Neste artigo, nossa proposta foi discutir a questão da profissionalização de uma atividade artesanal amadora, identificada com a reprodução das identidades sociais de gênero e classe

de um grupo específico de mulheres. Nosso objetivo foi compreender como o artesanato feminino tradicionalmente desempenhado na esfera doméstica adentra o espaço público e é incorporado ao sistema capitalista enquanto empreendimento comercial. Para isso, tratamos aspectos concernentes à relação entre mulher e produção artesanal, bem como as especificidades que dizem respeito à classe social na qual a tradição artesanal se origina.

Através de fragmentos da narrativa autobiográfica de D. Anette Ruas, foi possível identificar que a profissionalização de uma atividade artesanal considerada “amadora” não se faz sem impasses e conflitos. Por um lado, a exposição da mulher na esfera pública provoca instabilidade no sistema patriarcal, cujas características concretas e ideais serviram de anteparo para forjar a identidade feminina hegemônica, e são frequentes as tentativas masculinas de impedir que as carreiras femininas se desenvolvam e alcancem sucesso. Isso implica que o delinear de um projeto profissional, a partir de uma prática costumeiramente identificada com a produção doméstica de consumo familiar, requer que a mulher desconstrua os padrões de comportamento esperados e estabeleça novos vínculos com o espaço público. Por outro lado, quando o artesanato feminino ganha notoriedade e se torna amplamente reconhecido, é comum que seja convertido em empreendimento comercial. Citando Colling (2004, p. 13) que afirma: “foi necessária muita criatividade para inventar a mulher como sujeito autônomo”, concluímos que será preciso muita criatividade para que o artesanato feminino consiga se desenvolver de forma autônoma.

## REFERÊNCIAS

ARIÉS, P. **História Social da Criança e da Família**. Rio de Janeiro: LTC, 1981.

ADAMSON, G. **Thinking through Craft**. Oxford e Nova Iorque: Berg, 2008.

ARENDT, H. **A Condição Humana**. 10ª ed. Rio de Janeiro: Forense Universiária, 2009.

ASSOCIAÇÃO DOS PRODUTORES DE DOCES DE PELOTAS. Projeto de apoio à gestão da indicação de procedência dos doces de Pelotas – proteção e agregação de valor. Pelotas, 2011. Disponível em: <<http://www.net28.com.br/projetoidg.pdf>>. Acesso em: 31 out. 2011.

BADINTER, E. **Um Amor Conquistado**: o mito do amor materno. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.

BECKER, H. **Métodos de Pesquisa em Ciências Sociais**. São Paulo: HUCITEC, 1994.

BIERHALS, R. Resultado: Fenadoce encerra com metas alcançadas. **Diário Popular**. Pelotas, 4 jul. 2011. Geral, p. 4.

BOSÍSIO JÚNIOR, A.; MAGALHÃES, M.O. **A Doçaria Tradicional de Pelotas**. São

Paulo: Senac, 2003.

CALÁS, M. B.; SMIRCICH, L. Do ponto de vista da mulher: abordagens feministas em estudos organizacionais. In: CLEGG, S. R.; HARDY, C.; NORD, W.R. **Handbook de Estudos Organizacionais: modelos de análise e novas questões em estudos organizacionais**. Vol. 1. São Paulo: Atlas, 2006. p. 273-327.

CHADWICK, W. **Woman, Art, and Society**. Londres: Thames and Hudson, 1991.

COCKBURN, C. The material of male power. In: **Feminist Review**, Nova Iorque, n 9, outubro 1981, p. 41-58.

COLLING, A. A construção histórica do feminino e do masculino. In: STREY, Marlene Neves *et alii*. **Gênero e Cultura: questões contemporâneas**. Porto Alegre: EDIPUC, 2004. p. 13-38.

CORRÊA, M. Repensando a família patriarcal brasileira. In: **Cadernos de Pesquisa do Departamento de Ciências Sociais da UNICAMP**, vol 37, maio 1981, p. 5-16.

CUNHA, L. A. **O Ensino de Ofícios Artesanais e Manufatureiros no Brasil Escravocrata**. São Paulo: UNESP, 2005.

DELPHY, C. **The Main Enemy**. Londres: Women's research and resources centre, 1977.  
D'INCAO, M. A. Mulher e família burguesa. In: DEL PRIORE, M. **História das Mulheres no Brasil**. 8ª ed. São Paulo: Contexto, 2008. p. 223-239.

DONZELOT, J. **Polícia das Famílias**. Rio de Janeiro: Graal, 1986.

FERRAROTTI, F. Sobre a autonomia do método biográfico. In: **Sociologia: problemas e práticas**. Lisboa, n 9, 1991. p. 171-177.

FERREIRA, M.L.; CERQUEIRA, F.; RIETH, F.M. O doce pelotense como patrimônio imaterial: o diálogo entre o tradicional e a inovação. In: **Métis: história e cultura**. Caxias do Sul, vol 7, n 13, jan/jul 2008. p. 91-113.

FINE, B. **Women's Employment and the Capitalist Family**. Londres: Routledge, 1992.

FISCHER, T.; SOARES, R. M. Maestria em artes e ofícios populares: uma questão de gênero. In: FREITAS, M. E. E.; DANTAS, M. **Diversidade Sexual e Trabalho**. São Paulo: Cenage Learning, 2012. p. 312-335.

FREITAS, M. E. O sexo do trabalho intelectual. In: FREITAS, M. E.; DANTAS, M. **Diversidade Sexual e Trabalho**. São Paulo: Cenage Learning, 2012. p. 203-235.

FREYRE, G. **Casa Grande e Senzala**. Rio de Janeiro: Global, 2006.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL (IPHAN). **Os Sambas, as Rodas, os Bumbas, os Meus e os Bois**: princípios, ações e resultados da política de salvaguarda do patrimônio imaterial brasileiro. Brasília: IPHAN, 2010.

KON, A. Segmentação e informalidade do trabalho nas empresas, uma perspectiva de gênero. In: **Mulher e Trabalho**. Porto Alegre, vol. 6, 2006. p. 41-57.

LAMAS, B. **As Artistas**: recortes do feminino no mundo das artes. Porto Alegre: Artes e Ofícios, 2007.

MAUSS, M. Ensaio sobre a dádiva. In: MAUSS, M. **Sociologia e Antropologia**. São Paulo: Cosac Naify, 2003. p. 185-314.

MILLET, K. **Sexual Politics**. 5ª ed. Nova Iorque: Doubleday & Co., 2000.

MOURA, S. M.; ARAUJO, M. F. A maternidade na história e a história dos cuidados maternos. In: **Psicologia, Ciência e Profissão**. Brasília, vol 24, n. 1, 2004. p. 44-55.

PARKER, R. **The Subversive Stitch**: embroidery and the making of the feminine ideal. Londres: The Women's Press, 1984.

PEDRO, J. M. Mulheres do Sul. In: DEL PRIORE, M. **História das Mulheres no Brasil**. 8ª ed. São Paulo: Contexto, 2006. p. 278-320.

PEREIRA DE MELO, H. Gênero e pobreza no Brasil. In: **Relatório Final do Projeto Governabilidade Democrática de Gênero em América Latina y Caribe**. Rio de Janeiro: Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres (SPM), 2004.

PROGRAMA DO ARTESANATO BRASILEIRO (PAB). **Glossário Do Programa Do Artesanato Brasileiro: Base Conceitual**. Brasília: Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (2010).

QUEIROZ, M. I. P. de. Relatos orais: do "indizível ao dizível". In: SIMSON, Olga de Moraes Von. **Experimentos com Histórias de Vida**. São Paulo: Vértice, 1988. p. 14-43.

RAGO, M. Trabalho feminino e sexualidade. In: DEL PRIORE, M. **História das Mulheres no Brasil**. 8ª ed. São Paulo: Contexto, 2006. p. 578-605.

REES, T. **Woman and the Labor Market**. Londres: Routledge, 1992.

ROSENTHAL, G. Biographical Research. In: SEALE, C. *et al.* **Qualitative Research**

**Practice.** Londres: Sage, 2004. p. 58-64.

SAFFIOTI, H. Trabalho feminino e capitalismo. **Perspectivas.** São Paulo, vol. 1, 1976. p. 119-163.

\_\_\_\_\_. O trabalho da mulher no Brasil. **Perspectivas.** São Paulo, vol. 5, 1982. p. 115-135.

\_\_\_\_\_. Força de Trabalho Feminina no Brasil: no interior das cifras. **Perspectivas.** São Paulo, vol. 8, 1985. p. 95-141.

SENNETT, R. **O Artífice.** São Paulo: Record, 2008.

SERVIÇO BRASILEIRO DE APOIO A MICRO E PEQUENAS EMPRESAS DO RIO GRANDE DO SUL (SEBRAE-RS). Pólo de doces de Pelotas supera 2 milhões em vendas. Central de Notícias SEBRAE-RS. Porto Alegre, 26 de abril de 2011. Disponível em: <<http://www.sebrae-rs.com.br/central-noticias/memorias/polo-doces-pelotas-supera-2-milhoesemvendas/6285833.aspx>>. Acesso em: 31 out. 2011.

SILVA NETO, J. A. da *et alii*. Casal e dinheiro: convivendo com mudanças de gênero. In: STREY, Marlene Neves *et alii*. **Família e Gênero.** Porto Alegre: EDIPUC, 2007. p. 238-258.

SOIHET, R. Mulheres pobres e violência no Brasil urbano. In: DEL PRIORE, M. **História das Mulheres no Brasil.** 8ª ed. São Paulo: Contexto, 2006. p. 362-399.

VERGARA, S.; GOMES, A. P. Gênero no ambiente acadêmico. In: FREITAS, E. E.; DANTAS, M. **Diversidade Sexual e Trabalho.** São Paulo: Cenage Learning, 2012. p. 287-313.

YANNAOULAS, S. F. Iguais mas não idênticos. In: **Estudos Feministas.** Florianópolis, vol. 1, primeiro semestre, 1994. p. 7-16.

**Marina Dantas de Figueiredo** Doutoranda e Mestre em Administração pelo PPGA/EA/UFRGS.

**Neusa Rolita Cavendon** Doutora em Administração pelo PPGA/EA/UFRGS, Mestre em Administração pelo PPGA/EA/UFRGS e Mestre em Antropologia Social pelo PPGAS/UFRGS, Bacharel em Administração e em Ciências Econômicas pela UFRGS. Professora Associada da Escola de Administração da UFRGS e pesquisadora do CNPq.